

**PELOS BECOS E PELA AVENIDA
DA *BELLE ÉPOQUE* CARIOCA**

Marcela Cockell Mallmann (UERJ)
marcelacockell@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A *Belle Époque* carioca pode ser considerada uma importante fase na história cultural brasileira. Sua análise remete às questões complexas e profundamente enraizadas ao passado carioca. No início do século XX novos valores ganharam força na sociedade brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era um polo irradiador de cultura para todas as outras cidades do país, pois era aonde as novidades europeias chegavam primeiro. Podemos afirmar que o Rio de Janeiro era um símbolo da República próspera, e da brasilidade em caráter nacional e internacional.

Segundo Needell (1999, p. 39), a *Belle Époque* inicia-se no governo de Campos Salles em 1898 e nesse período ser moderno era estar no Rio de Janeiro, lugar para se obter sucesso em várias áreas, como, por exemplo, na vida intelectual ou científica. A capital federal vivia uma situação privilegiada, onde se encontrava as sedes de várias instituições de grande importância, como o Banco do Brasil, além de outros bancos nacionais ou estrangeiros e a Bolsa de Valores. Era a cidade com o núcleo da maior rede ferroviária do país, maior mercado consumidor e mão de obra às indústrias, além de na virada do século XIX para o XX, ser no continente americano o 3º maior porto em volume de comércio (SEVCENKO, 1999, p. 27). A *Belle Époque* também influenciou várias cidades brasileiras, como, por exemplo, Manaus, Fortaleza, Recife e São Paulo.

Dentro do contexto da *Belle Époque* os ideais de progresso conviviam com crises políticas e econômicas. Desse modo, promover uma industrialização imediata e a modernização do país eram metas da nova elite republicana, que como consequência estimulou a entrada de capitais ingleses e norte-americanos no Brasil e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações: o Encilhamento.

A cultura da modernidade predominante na *Belle Époque* é eminentemente urbana, e a cidade é consolidadora, ou seja, ela própria torna-se tema e sujeito das manifestações culturais e artísticas. A cidade é o lugar da construção da modernidade, é a metrópole, enfim, a forma mais específica de realização da vida moderna. O Rio de Janeiro, sobretudo no governo de Pereira Passos, foi essencialmente influenciado pelo modelo francês de Haussmann, o gestor da Paris burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. Neste trabalho, procurarei delinear alguns aspectos desta remodelação urbana caracterizada pela intervenção do Estado em sua busca pelo progresso, ao lado da elite. Essa busca pela modernidade reflete um novo olhar sobre a criança que necessita de proteção.

Destaco ainda, a construção da Avenida Central, como um relevante exemplo para esta remodelação do espaço urbano e a manifestação literária, principalmente nas crônicas de jornais, representadas pelos intelectuais cariocas detentores de grande prestígio e por isso, grandes articuladores da opinião pública. Neste contexto intelectual está inserido Olavo Bilac, poeta e jornalista, que tinha como tema de suas crônicas a organização civil e social da capital, voltando sua atenção às questões como urbanização, saúde pública, defesa do menor, ingerência da Igreja, segurança pública e política nacional e internacional.

1. *Dos becos, dos bulevares, da outra cidade*

Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tornando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia. (BARRETO, 2009)²⁰.

²⁰ *Os Bruzundangas*, publicado em 1923, é obra póstuma de Lima Barreto. O autor satiriza uma fictícia nação onde ele mesmo teria residido. Bruzundanga (substantivo feminino que pode significar "palavreado confuso, mistura de coisas imprestáveis, mixórdia, trapalhada, embrulhada) era um país onde a nobreza se dividia de duas formas, uma constituída pelos chamados doutores - aqueles que tinham feito medicina, direito, engenharia - e a outra era formada por novos ricos que adquiriam títulos e prestígio indo à Europa. Neste livro, Lima Barreto fala da arte de furtar, de nepotismos desenfreados, de favorecimentos e privilégios, enfim, uma crítica aguda da sociedade até então.

Para atender ao modelo de modernidade estabelecido na época, tornava-se predominante a ação de modificar o aspecto urbanístico das grandes metrópoles para refletir o clímax do progresso, como afirma Lima (2000, p. 179):

Desde a segunda metade do século XIX, a ideia que faziam os governantes da ação urbanística sobre a cidade era primordialmente solucionar os problemas de circulação e saneamento. Já naquela época, em várias capitais europeias, inspiradas nas obras do Barão de Haussmann, foram implantados novos projetos de alinhamentos para as ruas existentes, e inúmeras cirurgias – cortes abruptos do tecido urbano – deram origem a novas avenidas.

De um lado e de outro dessas vias, foram construídos imponentes prédios destinados a substituir as simplórias e insalubres edificações que ocupavam as áreas a renovar. As desapropriações tornavam-se imprescindíveis e as camadas sociais mais baixas eram virtualmente empurradas para locais menos nobres, afastadas pelos locais atingidos pelas intervenções.

Passadas as conturbações dos primeiros anos do regime republicano, marcado por um processo de desestabilização e reajustamento social, além de uma série de crises políticas entre as elites do Império e as novas correntes republicanas, o governo de Rodrigues Alves (1903-1907) procurava aproveitar o momento político promissor e a entrada de capital, oriunda de empréstimos obtidos junto à Inglaterra no governo de Campos Sales (1898-1902). Tinha como iniciativa atender às aspirações de uma elite política desejosa de um amplo plano de reforma urbanística da cidade. Paralelamente a toda essa euforia de modernização e “europeização” do Brasil por parte das elites nacionais, o país vivia inúmeros contrastes, que representavam o atraso e tais conflitos estavam presentes na cidade que era o símbolo do Brasil:

Embora os brasileiros invejassem a civilização e o progresso do Atlântico Norte, eles também os consideravam uma conquista específica da Europa. (...) Por outro lado, aceitava-se com naturalidade a precária adoção de tecnologias, costumes e capitais estrangeiros no Rio de Janeiro, reflexo das realidades neocoloniais. Na verdade, os habitantes das províncias pensavam no Rio como uma cidade magnífica, capaz de conferir prestígio urbano a quem a visitasse. Apenas os brasileiros que conheciam o estrangeiro vislumbravam a enorme distância que separava sua pátria da Civilização. (NEDELLI, 1993, p. 48)

Na então capital federal, ocorreram diversas tentativas de mudar inúmeros hábitos da população, principalmente as das cama-

das de baixa renda. Como, por exemplo, as tentativas de civilizar o carnaval, seguindo os moldes venezianos (ao invés de fantasias de índios, colombinas e pierrôs), e as religiões afro-brasileiras que também eram consideradas um atraso, no entanto era possível tolerar o kardecismo (devido às origens francesas de Alan Kardec). Segundo Velloso (1987, p. 24), a elite adquiriu uma preocupação com o modo de vestir e de se comportar, para isto impôs um modelo civilizatório sem hesitar do aparato repressivo do Estado: como uma lei que obrigava todos os cidadãos a usar paletó e sapatos. As festas populares e as barracas de São João também foram alvo de proibições:

As barracas, quiosques, favelas, freges (restaurantes populares) e zungas (hospedarias baratas) são vistos como resquícios da velha cidade. Peças destoantes da nova estética arquitetônica, tais elementos devem ser varridos do mapa cidadão. Para pôr fim a essa ‘feira africana’ é então criada uma vasta legislação destinada a eliminar de vez os pequenos comerciantes que comprometeriam a civilidade urbana. (VELLOSO, 1987, p. 25).

Outro fator que as elites procuravam reafirmar era a identidade da língua procurando diferenciar a linguagem dos letrados e a coloquial, sendo imposto por nossos intelectuais à norma culta, ou seja, às conhecidas normas gramaticais: “Procurava-se, dessa forma, ‘depurar’ a língua culta da popular, evitando que esta ‘adulterasse’ os padrões linguísticos considerados civilizados” (VELLOSO, 1987, p. 25)²¹.

O espaço urbano era caracterizado por suas ruas estreitas de traçado irregular, becos, casario baixo e sobrados entremeados. Segundo Sevckenko (1999, p. 33), a partir de 1880 uma tendência direcionou os pobres para as habitações do centro, e os ricos em direção aos bairros mais ao sul e a oeste. A população mais pobre vivia pelas avenidas e em cortiços, que eram os antigos casarões deixados pela burguesia que abandonara o centro para as novas áreas de expansão da cidade. Diante dessa área considerada degradada pelas elites brasileira, feia, imunda, perigosa e caótica, a identidade urbana do Rio

²¹ A Academia Brasileira de Letras, principal representação da preocupação dos intelectuais com as normas gramaticais da língua portuguesa foi inaugurada em 1897, tendo como primeiro presidente Machado de Assis. Seguiu os moldes franceses, inclusive no número de membros que deveriam totalizar quarenta. Em 1923 o governo francês doou um prédio réplica do Petit Trianon de Versailles que funciona até os dias de hoje.

de Janeiro não poderia ser construída. A cidade deveria refletir a imagem do progresso: higiênica, linda e ordenada. Assim, o discurso higienista não hesitou em apontar as formas populares de moradia localizadas no centro da cidade como a principal fonte de diversas doenças que assolavam a cidade na época. O centro era um verdadeiro foco de doenças, que inclusive prejudicava a imagem do país no exterior, e por esse fato é declarada guerra aos cortiços, que passam a ser cerceados por diversas regras impossibilitando a construção de novos e a restringir a reforma dos antigos. Cada vez ficava mais nítida a incompatibilidade da estrutura da velha cidade colonial com as novas formas de articulação urbana impostas pela nova ordem econômica, deixando aberto o caminho para a realização das grandes reformas urbanas que viriam a inserir a cidade e o país nos novos modelos de modernidade predominantes na Europa do século XIX.

Para resolver tais problemas, Rodrigues Alves, que assumiu a presidência em 15 de novembro de 1902, aprovou, com o apoio do Congresso, a Lei 939, que alterou radicalmente a organização municipal do Distrito Federal, inclusive com o prefeito e seu substituto passando a ser indicados pelo presidente da República, sem a anuência do Senado. Como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Alves escolheu o engenheiro Pereira Passos, diplomado em Matemática pela Escola Militar e com curso de Engenharia na França para governar o município. Passos iniciaria, a partir de 1903, um enorme programa de obras nos moldes de Paris. As autoridades conceberam um plano em três dimensões: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Foi então nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves um time de técnicos com poderes ilimitados: o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto; o médico sanitário Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o comando do barão de Haussmann²², para a reurbanização da cidade. Os

²² Juntamente com Luis Napoleão, Haussmann foi responsável pela reforma da Paris moderna entre 1853 e 1870. Esta reforma urbana consistia em três programas de demolição e construção: substituição das ruas estreitas e congestionadas por bulevares circulares e avenidas mais largas que passassem pelo coração da cidade; desmembramento de bairros operários superpovoados e potenciais centros de revolta alegando o controle de epidemias, podendo assim renovar o sistema de esgoto e o acesso à água potável; e por fim embelezar a cidade com a paisagem típica parisiense: grande monumentos e edifícios imponentes caracterizados pelo estilo de época, o *Beaux-Arts* - combina influências gregas e romanas com ideias renascentis-

três se voltaram contra os casarões da área central porque cerceava o acesso ao porto, comprometia a segurança sanitária e bloqueava o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna. Iniciou-se, então, o processo de demolição das residências da área central. Cabe ressaltar que esta demolição e a conseqüente expulsão das camadas populares sem nenhum plano de apoio, seja através de indenizações em dinheiro ou de acomodação em habitações populares, por exemplo, acabaram tendo como resultado o início do processo de favelização do Rio de Janeiro já que aparece a partir da década de 70 do século XIX.

O início dessas demolições contou com o apoio de vários membros da intelectualidade nacional, como, por exemplo, Olavo Bilac. O papel dos intelectuais brasileiros ia além do simples exercício intelectual, era uma atitude política: eram “escritores-cidadãos”, ou ainda, “mosqueteiros intelectuais” (SEVCENKO, 1999, p. 78): Vemos quanto é forte esta alavanca – a palavra – que levanta sociedades inteiras, e derriba tiranias seculares. (Euclides da Cunha, citado por SEVCENKO, 1999, p. 131).

Os intelectuais brasileiros visavam uma transformação social e cultural na peça perspectiva europeia, que seria o símbolo da modernidade e da civilização. A democratização era entendida como a ampliação da participação política, pois a elite brasileira era participante ativa de fatos que mudaram o cenário político, econômico e social: abolicionista, liberal democrata e republicana. Estes intelectuais foram responsáveis por um novo ativismo político, desenvolvendo a ideia do Estado-Nação com a sofisticação que agradava as elites e com o objetivo de ampliar e favorecer as ideais de mudança e modernidade acreditando no crescimento (talvez irreal) do país economicamente e culturalmente.

A participação destes intelectuais letrados se dava geralmente pelos jornais já existentes como o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* seguidos por outros em constante crescimento como o *Jornal do Brasil* (1891) e o *Correio da Manhã* (1901). As crônicas foram o gênero literário com maior destaque nesse período,

tas, com muitas colunas, flores, estátuas etc. - no Brasil, um exemplo é o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, inspirado na Ópera de Paris (NEEDELLI, 1993, p. 51).

tendo como veículo de difusão os jornais. Podemos destacar as crônicas de João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto) que discute a relação entre o progresso e a tradição, analisando as questões da transformação urbana relacionada à consciência nacional, preservação dos monumentos do passado, da memória e do patrimônio cultural da cidade, considerado por muitos como um transgressor.

Temos ainda em Olavo Bilac um importante representante da *Belle Époque* brasileira. O poeta e jornalista, defensor do estilo parnasiano era conhecido como príncipe dos poetas e assumiu o cargo de jornalista substituindo Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* em 1904. Sua escrita era marcada pela dualidade, enquanto sua poesia prezava pelo refinado e conservador estilo parnasiano sua prosa seguia o compasso da modernidade:

(...) encontra-se em Bilac, como representante da civilização e crítico do “atraso” urbano carioca, um perfeito porta-voz da *Belle Époque* carioca. Aí está a chave. Sua ironia e piedade estavam reservadas para seus compatriotas e serviam em grande parte para mascarar a vergonha e a raiva. Sua função na equipe de Pereira Passos não era mera conveniência, mas uma forte coincidência de interesses ideológicos – ele se identificava desesperadamente como Rio “civilizado”, uma metamorfose da cidade e do cidadão que ele só podia imaginar em termos de cultura francesa. (NEEDEL, 1993, p. 235).

Em Lima Barreto, todavia, a modernidade não é vista de maneira tão idealizada e promissora, mas como uma forma de exílio dos verdadeiros habitantes e de si própria. Além disso, o subúrbio é abordado com outra perspectiva: a de uma construção da identidade nacional. Sua crítica defende que esta nova visão da metrópole é uma mera projeção de uma cultura alheia à nossa, afastada do povo, questionando a própria lógica ordenadora do espaço urbano: “Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia e a outra indígena.” (CARETA, 1921 *apud* VELLOSO, 1987, p. 40).

Cabe ressaltar que, embora pertencentes a um grupo de prestígio, a maioria destes intelectuais não poderiam ser considerados da elite brasileira. A vida literária não permitia uma notável recompensa financeira. A *Belle Époque* não era simples, ainda mais em uma perspectiva literária quase paradoxal: a valorização da alta cultura contrastava com as limitações do meio em termos de carreira e público leitor.

Em tempo, retornaremos à visão positiva de tal demolição por parte dos intelectuais brasileiros, principalmente Bilac. O príncipe dos poetas em sua crônica “Inauguração da Avenida” (BILAC, 1996, p. 260) publicada na *Gazeta de Notícias* em 1905, faz referência à Avenida Central (atualmente Avenida Rio Branco) com grande entusiasmo:

E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade.

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiucas²³ e taperas²⁴, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos, que só haviam contemplado até então betesgas²⁵, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança?

Para que folhagens, para que sanefas, para que bandeiras, para que coretos? Tirem-me quanto antes, já, desta Avenida que é a glória da minha cidade, esta ornamentação de festa da roça! O enfeite da Avenida é a própria Avenida – é o que ela representa de trabalho dignificador e de iniciativa ousada, de combate dado à rotina e de benefício feito ao povo!

Dentro do projeto de remodelação da área central do Rio de Janeiro surge a Avenida Central, idealizada por Lauro Muller, como via de ligação entre o novo cais do porto e a Avenida Beira Mar. A exemplo do modelo francês, duas praças também estariam interligadas, a Praça Mauá e a Praça Floriano (atualmente conhecida por Cinelândia). Foi inaugurada em 1904 com cerca de cerca de 30 edifícios prontos e, aproximadamente, 90 em construção. Representava um símbolo da modernidade e procurava aproximar o Rio de Janeiro de Paris. As construções para a Avenida Central obedeceram às regras estabelecidas em concurso divulgado em 1903, que previa a destinação obrigatória dos pavimentos térreos a um comércio de luxo e estilo de arquitetura que fizessem os prédios do Rio de Janeiro semelhantes aos de Paris. O traçado largo, seus jardins e edificações, a organização espacial e os prédios do Teatro Municipal, Biblioteca

²³ Casas pequenas e pobres.

²⁴ Casas arruinadas, abandonadas, mocambos.

²⁵ Rua estreita, corredor escuro e sem saída.

Nacional, Escola de Belas Artes, e dos Poderes Legislativo e Judiciário deram também importância e caracterizaram a Avenida Central como marco importante da *Béle Époque* no Rio de Janeiro. Além disso, proporcionou um verdadeiro desfile de modas, com a população exibindo vestimentas de estilo europeu. No entanto, a Avenida Central em sua extremidade sul, na Praça Floriano, um olhar mais atento identificava a população pobre e mestiça da população carioca da Favela da Providência e do morro de Santo Antônio.

Podemos dizer estas obras não buscavam somente o aspecto arquitetônico, mas expulsar a população pobre do centro da cidade. As camadas populares passam a representar a oposição das elites e um obstáculo para o seu progresso idealizado. Esse ideal de modernidade representou para o povo a repressão, o controle e o desenraizamento cultural os colocando à margem da esfera política. Não é coincidência, o termo marginalizado ser amplamente utilizado para se referir àqueles que são excluídos dos iluminados bulevares e residem nos becos das favelas. As camadas populares acabaram por criar o seu espaço autônomo, paralelo e em contraste com a cidade. O conflito é inevitável:

Na memória nacional ficou apenas o registro da *Béle Époque*: avenidas largas e iluminadas, bulevares, jardins, elegância, beleza e mundanismo. Um cenário *art-nouveau* que pouco corresponde à realidade conflituosa do início do século, onde vários elementos culturais se entrecruzam e se chocam numa relação que nada tem de harmônica. (VELLOSO, 1987, p. 10)

Enfim, podemos concluir que tão contrastante quanto à realidade social da época é o paradoxo em que *Béle Époque* está inserido, que de certo modo é semelhante a qualquer arte: é belo, mas não é real. De fato, sua arquitetura continua a prender nossos olhos até nos nossos passeios pela então Avenida (agora Rio Branco) e pelas edificações da época. Contudo, o não enfrentamento da realidade gerou uma farsa modernização excludente das camadas sociais. Isto porque a conquista do espaço urbano, é a conquista do poder, o discurso de modernização é um mero detalhe.

2. *O espaço da criança*

Podemos afirmar que em relação à infância o advento da modernidade foi responsável pela demarcação de fronteiras entre a vida pública e privada, ou seja, entre o espaço público e privado, entre a casa e a rua. A cidade era o símbolo do progresso, e a elite considerava prejudicial à civilização a circulação da criança de rua. O discurso e a intervenção do Estado em relação à criança eram não só de proteção dos perigos urbanos, mas também de controle. A própria escola assume este papel de controle, ao ser considerada o lugar onde as crianças devem estar quando não estão em suas casas. Dessa forma, os conceitos infância, criança e escola tornam-se intimamente relacionados:

Por um lado, a criança investida de novas funções e que adquire uma visibilidade social inédita, centro da família nuclearizada. Tal criança deveria ser protegida dos perigos do espaço público expresso espacialmente na rua, tida como lócus de perigo e desvio, reduzida a local de passagem e não mais de realização de uma sociedade intergeracional. (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 49).

A relação entre a casa e a rua admite papéis sociais: a casa é o espaço doméstico pertencente às mulheres e crianças, enquanto os espaços públicos, ou a rua, associada à presença masculina e do trabalho. Esta demarcação de espaço público e privado, representada principalmente no início do século XX, é consequência das ideias de modernidade e contribui para o desenvolvimento de uma identidade de diferentes significados tanto no mundo doméstico quanto da rua, tida como um lugar do exercício do trabalho do homem, mas que também possuía perigos e desordem. Nesta perspectiva, a rua não poderia ser um espaço para as crianças e tornaria uma ameaça para a família nuclearizada.

Este discurso da época constitui em ações políticas e sociais que visam criticar as famílias das camadas mais populares, associando a rua à criminalidade e a desordem, portanto antagonistas do progresso. Desse modo, a presença das crianças nas ruas das metrópoles contrastava com a modernidade, assim como a imagem da criança trabalhadora ou dita vagabunda, no Brasil o espaço que a criança ocupa está ligado ao seu grupo social:

A presença de diferenciações sociais, definidas não apenas pelo pertencimento de classe e gênero dos grupos sociais, mas também de raça,

marca processos distintos de organização da vida cotidiana, em que os discursos e práticas disciplinadores das camadas populares europeias tiveram menos força ou foram definidos por estratégias diferenciadas na sociedade brasileira, marcada pela presença, ou herança, do regime escravista. (GOMES E GOUVEA, 2008, p. 52).

No entanto, é possível admitir outro olhar sobre a rua, na perspectiva das próprias crianças: a rua como, um espaço de expressão, de brincadeiras livres onde ela exerce sua autonomia como sujeito social. Na visão das crianças, a rua pode torna-se a iniciação da vida social (através de jogo e brincadeiras), mas principalmente, um espaço que vai além dos limites domésticos sem a interferência do adulto, portanto sem relações hierárquicas, em que é possível transgredir as regras impostas em sua vida dentro da casa.

A escola torna-se uma importante ferramenta de controle do Estado, partindo de um discurso ideológico até hoje muito repetido: “lugar de criança é na escola”. A escola age como uma formadora da criança cidadã, longe das ruas. Dentro dessa proposta, a cidade e a rua encontram-se definitivamente divididas, e a rua assume uma posição aliada à criminalidade reproduzindo o contexto dos becos e da favela.

Na crônica “Prostituição infantil” (BILAC, 1996, p. 305) O-lavo Bilac critica a pouca atenção dada às crianças prostituídas e exploradas que perambulam pelas ruas das cidades, e não confia nas tardias promessas de providências do Estado, nas famílias, naqueles que exploram e principalmente, em uma possível solução:

Mas os dias correram. As providências anunciadas não vieram. Parece que a piedade policial não se estende às crianças, e que a cadeia não foi feita para dar agasalho aos que prostituem corpos de sete a oito anos... E a cidade, à noite, continua encher-se de bandos de meninas, que vagam de teatro em teatro e de hotel em hotel, vendendo flores e aprendendo a vender beijos.

Bem sei que, enquanto o mundo for mundo e enquanto houver meninas – proteja-as ou não as proteja a polícia –, haverá pais que as esbordoem, mães que as vendam, cadelas que as industriem e cães que as deflorem! (*Idem*, p. 308).

3. Conclusão

Nos primeiros anos do século XX, os valores da sociedade brasileira, sobretudo da elite, estavam em transição, e muitas dessas mudanças estavam ligadas à conquista do espaço urbano, principalmente do Rio de Janeiro, principal cidade do país na época. Estes espaços urbanos não eram representados apenas pelas ruas, mas pelas escolas, teatros, clubes e outros espaços que, embora fossem considerados públicos, acabavam por sofrer intervenções políticas e sociais, que os tornavam “privados” da classe dominante. Como exemplo, o espaço da criança que não era nas ruas, nos espaços públicos, mas privados.

O país tentava se modernizar a qualquer custo e livrar-se do passado monárquico e colonial, sempre associados ao atraso. A cidade representava o progresso, mas para isso ela deveria ser organizada, higiênica e sem nenhum vestígio de pobreza, conforme o modelo europeu, mais especificamente francês. A modernização da cidade significava atrair investidores ingleses e norte-americanos e, ter na própria cidade, um símbolo de modernidade promissor, em oposição ao espaço rural, que representava o atraso. É impossível não pensar no domínio do espaço urbano como uma forma de obtenção de poder tanto da elite quanto do Estado, principalmente quando um está inserido no outro.

Por fim, retornarei a Bilac, que se aventurou em sonhos de modernidade não para alcançar um *status* social, mas por acreditar em uma revolução cultural, sendo assim, entendo que suas palavras sempre foram poesia:

Talvez algum dia, nas linhas que a minha fantasia tem derramado por aqui, alguma alma tenha achado um pouco de consolo e prazer. E isso basta para que a minha pena continue a escrever e para que meu espírito continue a sonhar. (BILAC, 1996, p. 60).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Lima. *Os bruzudangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- BILAC, Olavo. *Vossa insolência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BOSI, Alfredo. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1966.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central*. São Paulo: ExLibris, 1982.

GOMES, Ana Maria Rabelo; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A criança e a cidade entre a sedução e o perigo. DEMORTOLI, J.; MARTINS, M.; MARTINS, S. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 47-69.

LIMA, Evelyn Furkin Werneck. *A arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D. *Béle Époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEVES, M. de S. Tempos de progresso: uma capital em Trompe L'oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALDI, A., ALVES, C., GONDRA, J. (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 253- 285.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense 1999.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância, Brasil, século XIX. In: FARIA FILHO, L.; LOPES, A.; FERNANDES, R. (Orgs.). *Para a compre-*

ensão histórica da infância. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 43-78.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1987.

_____. A literatura como espelho da nação. *Estudos históricos*, nº 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

SITES

Archives de France. Disponível em:

<<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>>. Acesso em: jul./2009.

Editora Céu Azul de Copacabana. Disponível em:

<http://www.colorfotos.com.br/rio_de/imagens.htm>. Acesso em: jul./2009.

FGV – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em jul./2009.

La France au Brésil. Disponível em:

<<http://www.ambafrance.org.br>>. Acesso em jul./2009.

Ópera Nacional de Paris. Disponível em:

<<http://www.operadeparis.fr/cns11/live/onp>>. Acesso em: ago./2009.